

**1) De acordo com a Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, assegurar efetivamente o direito relacionado à vida, à saúde, à alimentação, à educação e ao bem-estar para crianças e adolescentes é função do(a), EXCETO:**

- A) Própria criança.
- B) Família.
- C) Sociedade.
- D) Poder público.

**Gabarito: Letra A**

**Justificativa: (ECA, Art. 4º)**

**2) De acordo com a Lei nº 8.069/1990 — ECA, “Dos Impedimentos”, são impedidos de servir no mesmo Conselho, EXCETO:**

- A) marido e mulher
- B) ascendentes e descendentes
- C) sogro e genro ou nora
- D) cunhados mesmo após o término do cunhadio

**Gabarito: Letra D**

**Justificativa: (ECA, Art. 140)**

**3) Assinale a alternativa que não está à luz das determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) .**

- A) É proibida a venda à criança ou ao adolescente de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida, tal como os jogos de azar, excetuados, nesse caso, os bilhetes da loteria, haja vista seus jogos serem legalizados no país.
- B) As revistas e publicações destinadas ao público infante -juvenil não poderão, dentre outros, conter ilustrações ou anúncios de bebidas alcoólicas e tabaco, bem como deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.
- C) É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em motel ou estabelecimento congênere, exceto se estiverem com autorização dos pais ou responsáveis ou acompanhados destes.

D) O acesso de crianças e adolescentes às diversões e espetáculos públicos observará a classificação de adequação à sua faixa etária. Em relação às crianças menores de dez anos, estas somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

#### **GABARITO A**

##### **Justificativas:**

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - ECA:

A) Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

(...)

III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;

(...)

VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

B) Art. 79. As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

C) Art. 82. É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

D) Art. 75. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária.

Parágrafo único. As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

#### **4) Nos termos do Estatuto da Criança e Adolescente, é correto afirmar que:**

A) Criança é pessoa de até 12 anos de idade e o adolescente a que for maior de 12 anos até 18 anos de idade.

B) Excepcionalmente, quando evidenciado o interesse social, o Estatuto da Criança e Adolescente aplicar-se-á às pessoas entre 18 e 21 anos de idade.

C) O Conselho Tutelar, órgão jurisdicional, tem por competência aplicar as medidas protetivas e socioeducativas às crianças e adolescentes que praticaram ato infracional.

D) Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

#### **Gabarito: D**

##### **Justificativas:**

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - ECA:

A) Art. 2º

B) (PU do Art. 2º)

C) Art. 131

D) Art. 13

5) A respeito dos conceitos estabelecidos na Lei nº 8.069/1990 - ECA para fins de incidência das suas disposições, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

Considera-se castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.

Considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ou ameace gravemente ou ridicularize.

Nos casos acima citados, as medidas de “Advertência” e “Obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado” serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.

A) C - C - C.

B) E - E - C.

C) C - E - C.

D) E - C - E.

**GABARITO: A**

**Justificativas:**

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - ECA:

**Art. 18-A.** A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

**a) sofrimento físico; ou**

**b) lesão;**

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

**a) humilhe; ou**

**b) ameace gravemente; ou**

**c) ridicularize.**

**Art. 18-B, PU.**

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que **utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção**, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#) (...)

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

V - advertência. [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

(...)

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. [\(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014\)](#)

**6 - Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial. Essa autorização NÃO será exigida quando:**

(A) se tratar de viagem ao exterior; a autorização é dispensável.

(B) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos.

(C) a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado com qualquer pessoa.

(D) a criança ou o adolescente menor de 14 (catorze) anos estiver acompanhado, de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau.

Resposta: B – ECA, artigo 83, §1º, alínea “a”

**7 - Para que uma entidade de atendimento não governamental que atua na área da criança e adolescente possa funcionar é necessário registro no:**

(A) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

(B) Conselho Tutelar.

(C) Ministério Público.

(D) Conselho de Assistência Social.

Resposta: A – ECA, artigo 91, caput

**8 - Conforme a Lei nº 8.069/1990, a suspensão ou destituição do poder familiar é medida aplicada:**

(A) à família.

(B) aos pais ou responsável.

(C) aos parentes.

(D) aos descendentes.

Resposta: B – ECA, artigo 129, inciso X

**9 - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido:**

- (A) de quem tenha legítimo interesse.
- (B) somente dos pais e responsáveis.
- (C) exclusivamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (D) da justiça da Infância e da Juventude prioritariamente.

Resposta: A – ECA, artigo 137

**10 - Constitui direito e garantia fundamental da criança e do adolescente:**

- (A) receber tratamento digno e específico.
- (B) ter a intimidade e as condições pessoais protegidas quando vítima ou testemunha de violência.
- (C) ter segurança, com avaliação temporária sobre possibilidades de intimidação, ameaça e outras formas de violência psicológica.
- (D) ser ouvido em horário que lhe for mais adequado e conveniente, em qualquer ocasião.

Resposta: B – ECA, artigo 208, inciso XI

**1) João, 14 anos, e Maria, 15 anos, dirigiram-se à Rodoviária de Vassouras/RJ, acompanhados por Sandra, 37 anos, amiga dos pais e madrinha de João e Maria, para embarcarem todos no ônibus com destino a Muriqui/RJ, para passear e tomar banho de praia. O motorista do ônibus recusou o embarque dos infantes, alegando que não havia autorização expressa dos pais nem autorização do Juiz da Comarca. Sandra, por sua vez, alegou “que era madrinha de João e Maria, que viajava todo mês com eles e que os dois já são grandes e adolescentes; Além do mais, todos voltariam no mesmo dia, razão pela qual não haveria nenhum problema”. Diante do caso narrado, é possível afirmar que o motorista agiu corretamente? Justifique, com base na Lei n. 8.069/1990.**

**2) Após denúncia de trabalho infantil, o Conselho Tutelar dirigiu-se a uma Fazenda em Vassouras/RJ. Ao chegar no local, verificou-se que dois adolescentes de 15 anos estavam**

trabalhando no trato dos cavalos e bois, alimentando-os, dando banho e limpando as cocheiras. Ao ser interpelado, o dono da Fazenda alegou que combinou com os adolescentes o pagamento de um salário mínimo a cada um, por quatro horas de serviços diários, de segunda a sexta-feira, além de fornecer refeições todos os dias, fatos que foram confirmados pelos adolescentes. Segundo o fazendeiro, o horário do serviço era compatível com as atividades escolares, e ele ainda exigia dos adolescentes a devida frequência à escola e boas notas dos adolescentes. Diante do caso narrado, o Conselho Tutelar deve tomar alguma providência? Justifique, com base na legislação aplicável.

3) O Conselho Tutelar foi acionado após denúncias de pais e mães “de que o Professor de Biologia do 8º ano do ensino fundamental, da Escola Municipal, estava lecionando sobre o sistema reprodutor humano com livros didáticos escritos por comunistas, e que isso incitava a ideologia de gênero nas crianças e adolescentes”. Ficou comprovado que o livro didático é recomendado pelo MEC, e que não foram utilizados outros materiais didáticos senão aqueles fornecidos exclusivamente pela Secretaria Municipal de Educação. Diante do caso concreto, o Conselho Tutelar deve tomar alguma providência? Justifique.

4) Uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) realiza trabalhos sociais em uma comunidade carente do Município, em projetos culturais de assistência a crianças e adolescentes. Segundo relatado pelos infantes, para participar das atividades culturais, é obrigatório frequentar a Igreja da comunidade, condição esta que foi imposta pelo responsável pelo projeto. Ante o caso narrado, esta condição imposta às crianças e adolescentes é juridicamente válida?

5) Maria e João divorciaram-se, ficando a guarda judicial de Enzo, 8 anos, com a genitora, e o direito de visita ao pai nos finais de semana. Maria percebeu que sempre quando Enzo volta da casa do pai, ele volta diferente e muito agressivo. Após conversas com o filho, Maria descobriu que o pai fica inventando fatos desabonadores sobre sua pessoa e profere muitos palavrões no intuito de desqualificá-la perante o filho. Ciente de tal situação, quais medidas você tomaria enquanto Conselheiro(a) Tutelar?

## ESPELHO DAS DISCURSIVAS

- 1) Sim. Art. 83 do ECA. O caso não se enquadra nas exceções do §1.º São necessárias autorização do Juízo em caso dos infantes estarem desacompanhados, ou autorização expressa dos pais se estiverem acompanhados por terceiros.
- 2) Sim. Art. 62 do ECA. O trabalho é ilegal, pois, segundo a legislação, o maior de 14 e menor de 16 anos apenas pode trabalhar como aprendiz, com contrato formal, devidamente cadastrado nos órgãos do trabalho, sob supervisão, vedada atividade penosa e insalubre. O trabalho realizado em questão nitidamente não se enquadra como trabalho de jovem aprendiz e viola os direitos dos adolescentes.
- 3) Não. O Professor encontra-se em regular exercício da profissão. São direitos da criança e do adolescente a educação, o esclarecimento e a informação. Art. 4º do ECA. Igualmente, são assegurados o livre pensamento na atividade de docência. Art. 205 e art. 206 da CF. A educação deve preparar os infantes para o exercício da cidadania plena e da dignidade, sendo integral a proteção às crianças e aos adolescentes. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- 4) Não. A Constituição assegura a liberdade de crença, por um lado, e o ECA assegura a liberdade de pensamento e autodesenvolvimento às crianças e adolescentes, de outro. Na Constituição, o Estado é laico, não podendo ser vinculadas ações de interesse público às ações estritamente religiosas, violando a liberdade de crença dos infantes e violando seu direito à cultura.
- 5) O caso apresentado enquadra-se como alienação parental, ou seja, quando um dos genitores expõe o outro no intuito de colocar o filho contra ele, manipulando as emoções dos infantes. Considerando que houve a fixação da guarda em Juízo, poderá ser encaminhada a questão ao Ministério Público e/ou ao Juiz, a fim de aplicar medidas para garantir os direitos da criança. Poderia ser acionada também a rede municipal, bem como tentativas de conciliação e mediação dos conflitos familiares. O Estado deve zelar pela proteção da intimidade, dos direitos fundamentais e da personalidade dos infantes, sendo os atos atentatórios, inclusive, passíveis de responsabilização civil e criminal.